

# Não gastarás

Cardoso, Fernando Henrique

MIRO TEIXEIRA

**A** oposição tem-se conformado com o papel de agente passivo do processo político, sempre a aguardar o que diz ou faz o Governo para, em seguida, se posicionar contra ou a favor, quase sempre em atendimento a impulsos partidários ou a ressentimentos eleitorais, sem a mínima dose de racionalidade.

A qualidade pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu Ministério exigem, dos opositores, criatividade e novas práticas que, objetivamente, encontrem soluções alternativas para as situações criadas ou propostas pelo Governo.

Desta conjectura surge a proposta de oposição com metas, inovadora e, por consequência, de lenta absorção, mas cujos efeitos se farão sentir logo nos primeiros meses do novo Governo.

Reclamamos, habitualmente, da má qualidade do serviço público, em especial nas áreas de educação e saúde, e nos limitamos a apresentar emendas às despesas do Orçamento, com desprezo pela análise das receitas.

O Brasil é o país das renúncias, das reduções e dos incentivos fiscais, a ponto de não se ter estimativa confiável do total de recursos que deixamos de arrecadar.

A segunda meta da oposição, urgente, tem que ser a correção da política fiscal, de maneira a arrecadar mais dinheiro sem agravar a situação da classe média, única a pagar integralmente os impostos devidos.

Parta-se, em terceiro lugar, para uma ampla auditoria nas contas das agências de desenvolvimento regional e que se examine, a partir daí, se foi corretamente aplicado o dinheiro dos incentivos e a quem aproveitou. Não é de meu conhecimento que

a situação da população nordestina tenha melhorado com a atuação dos grupos políticos que controlam a Sudec e que graças a ela engordam suas próprias economias.

E em primeiríssimo lugar, que o primeiro ato do Governo Fernando Henrique contingencie o Orçamento, o que significa tornar indisponíveis as verbas ali inscritas para projetos de interesse duvidoso. Ao sucessor, não deve o governante impingir uma Lei de Meios que lhe engesse as iniciativas e o obrigue a reconhecer prioridades que nem sempre estão contidas no programa de governo, o que também é aplicável ao Congresso que encerra o mandato.

Para falar da própria casa, considero absurdo o corte de verbas do Poder Judiciário, que não sofre perda de continuidade, em sua administração e as emendas parlamentares que aumentaram em bilhões de reais as despesas com obras novas ou atividades cuja privatização está anunciada pelo Governo.

Manter como está o Orçamento significa dar a Fernando Henrique dois anos de governo. O primeiro, como se disse, comprometido pelo Orçamento herdado. O quarto e último, embolado com o processo sucessório.

Todas as dificuldades brasileiras decorrem da desconfiança na estabilidade monetária e sem equilíbrio das contas públicas não se pode falar em estabilidade da moeda, mesmo em período de Natal.

Como a ninguém mentalmente são pode interessar a desestabilização da economia, fica a oposição com o dever de abandonar o Monte Sinai onde se imagina estar e pregar, em nome da cidadania, a austeridade na administração dos recursos públicos.

Que os perdulários ouçam a advertência: Não gastarás.

Miro Teixeira é deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro

25 DEZ 1994

GLOBE